

SÃO PAULO TURISMO

Secretaria de Governança Corporativa

Rua Boa Vista, 280, 16º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01014-908

Telefone:

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

**ATA DA 2ª REUNIÃO - 2026 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026**

DATA, HORA E LOCAL: 25 de março de 2026, às 17:00h, por videoconferência, via *Microsoft Teams*.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Geraldo Affonso e Sr. André Castro Carvalho. Ausente de forma justificada: o Sr. Jonathan Mazon.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Membros do CAE, Sr. Geraldo Affonso e Sr. André Castro Carvalho, e como Secretária, Sra. Simone Cristina da Silva.

ORDEM DO DIA: Tomar conhecimento do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e manifestação ao Conselho de Administração.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Os membros deste Comitê tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada nesta data, e do Relatório da Conatus Auditores Independentes S.S., com opinião sem modificação, contendo parágrafos de ênfase e principais assuntos de auditoria relevantes, emitido em 25 de março de 2026.

Após análise desses documentos, observados registros dos membros do CAE nas atas das reuniões anteriores acima citadas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário apontaram que, mesmo com a necessidade da continuidade de melhoria para adequação ao porte e complexidade das operações, conforme recomendações registradas em atas de reuniões anteriores do CAE, e sumarizadas em nosso relatório anual, estes, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras da SPTuris para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, pelo que recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Sem prejuízo da recomendação de aprovação, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário registram as seguintes observações e recomendações ao Conselho de Administração, a serem consideradas na gestão do exercício de 2026:

I. Observações sobre o desempenho e a posição financeira do exercício de 2025

O Comitê de Auditoria Estatutário, em sua apreciação das Demonstrações Financeiras de 2025, registra os seguintes pontos de atenção junto ao Conselho:

Relevante queda de receita e forte compressão da rentabilidade no exercício;
Geração operacional de caixa negativa, em contraste com a manutenção de lucro contábil;
Liquidez dependente, em medida relevante, de créditos tributários e contas a receber, reduzindo a qualidade financeira do ativo;
Elevação de despesas administrativas em rubricas que recomendam maior detalhamento e escrutínio;
Necessidade de avaliação cautelosa da suficiência de provisões, contingências e divulgações contábeis, à luz dos fatos subsequentes; e
Superveniência de apurações externas e internas sobre contratações, medições, atestes, faturamento e pagamentos, com potencial impacto financeiro, operacional, reputacional e de controles internos.

II. Recomendações específicas ao Conselho de Administração

Com base no exame das Demonstrações Financeiras de 2025 e do parecer dos auditores independentes, o Comitê também formula as seguintes recomendações:

1. Apurações em curso: monitoramento e avaliação de impacto contábil. Os auditores independentes emitiram parágrafo de ênfase sobre os procedimentos apuratórios instaurados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, pela Controladoria-Geral do Município e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. O parecer afirma expressamente que "não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis". O Comitê recomenda que o Conselho: (i) receba atualizações periódicas sobre o andamento das apurações internas e externas; (ii) assegure comunicação tempestiva de qualquer fato novo relevante; e (iii) oriente a Administração a reavaliar, à medida que as investigações avançarem, a suficiência das provisões e a completude das divulgações em notas explicativas, inclusive quanto à eventual necessidade de ajuste de saldos ou constituição de provisão adicional, observando potencial impacto financeiro, operacional, reputacional e de controles internos.

2. Qualidade do resultado contábil e realizabilidade de ativos relevantes. O exercício registrou lucro líquido de R\$ 39,2 milhões, mas geração operacional de caixa negativa em R\$ 15,3 milhões. A divergência decorre, em parte relevante, de efeitos não recorrentes e não caixa, notadamente: (a) a reversão de R\$ 22,4 milhões em provisões para dissídios trabalhistas, decorrente de decisão transitada em julgado favorável à Companhia (Nota 16a); e (b) o reconhecimento de receitas financeiras associadas à atualização, pela SELIC, de créditos tributários, em contexto no qual a Companhia passou a apresentar R\$ 104,9 milhões de INSS a compensar no Ativo Não Circulante, cuja restituição foi solicitada à Receita Federal do Brasil em janeiro de 2025 (Nota 7b). Até dezembro de 2025 foram recebidos R\$ 12,6 milhões. O Comitê

recomenda que a Administração: (i) apresente ao Conselho relatório periódico sobre o andamento do processo de restituição do INSS perante a RFB, incluindo valores homologados, valores recebidos, saldo remanescente, riscos de glosa e prazo estimado de realização; e (ii) ao avaliar o desempenho do exercício, apresente visão do resultado recorrente, segregando eventos extraordinários e efeitos relevantes de atualização de créditos tributários.

3. Despesas administrativas: detalhamento de contratos de consultoria e manutenção. As despesas com Consultoria e Assessoria cresceram 397% no exercício (de R\$ 3,8 milhões para R\$ 18,6 milhões), e as de Manutenções e Locações cresceram 241% (de R\$ 3,8 milhões para R\$ 13,1 milhões), ambas em sentido contrário à queda de 21% na receita. Dado que as apurações em curso envolvem a cadeia de contratação, medição e liquidação de despesas com fornecedores, o Comitê recomenda que a Administração apresente ao Conselho relação detalhada dos contratos que compõem essas rubricas, com identificação dos prestadores, fundamento para dispensa ou modalidade licitatória adotada, e forma de medição e ateste dos serviços.

4. Contingências possíveis: reavaliação à luz das apurações. Os passivos contingentes classificados como de perda possível, e portanto não provisionados, cresceram de R\$ 28,2 milhões para R\$ 49,9 milhões, com elevação de aproximadamente 100% na esfera cível. O Comitê recomenda que a área jurídica da Companhia esclareça ao Conselho a natureza dessa carteira, verificando se algum processo deve ser reclassificado de "possível" para "provável" e, nesse caso, provisionado.

III. Recomendação de melhoria de governança: prazo para análise das Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria Estatutário registra, ainda, que as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e o respectivo parecer dos auditores independentes foram disponibilizados ao Comitê em 24 de março de 2026, menos de 24 horas antes da presente reunião, o que levou a necessidade dos membros manifestarem-se em prazo insuficiente para uma análise aprofundada de documentos desta natureza e complexidade. O Comitê recomenda ao Conselho de Administração que, nos exercícios seguintes, oriente a Administração para que sejam observados os prazos razoáveis previstos, assegurando ao Comitê tempo hábil para examinar as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório dos auditores com o rigor que a função requer.

Isto posto, os membros do CAE aprovaram o “Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025”, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 25 de março de 2026.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

GERALDO AFFONSO – Membro

JONATHAN MAZON – Membro

ANDRÉ CASTRO CARVALHO– Membro

SIMONE CRISTINA DA SILVA – Secretária de Governança Corporativa

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata da 2ª Reunião - 2026 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 25 de março de 2026)



Geraldo Affonso Ferreira
Membro do Comitê
Em 26/03/2026, às 18:39.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **153562598** e o código CRC **2DBE05A0**.

Referência: Processo nº 7210.2020/0000132-5

SEI nº 153562598